

VI Congreso Interoceánico de Estudios Latinoamericanos

Panel 3

Desigualdad Y Diversidad em Nuestra América: Raza, Clase, Género y Movimientos Sociales

Desigualdade e Diversidade na América Latina

Ronie Aleksandro Teles da Silveira¹

Existe um grande consenso no meio intelectual a respeito da desigualdade e da diversidade: a primeira deve ceder terreno à segunda. Por outro lado, parece claro a tendência de fracasso da democratização plena da América Latina. Tento explicar porque temos fracassado nos intentos utópicos e práticos com relação à transição da desigualdade para a diversidade. Me parece que ainda somos vítimas da expectativa de que a América Latina é uma modalidade tardia de Europa e de que nós, os intelectuais, somos europeus vivendo em outro continente.

Desigualdade; Diversidade; América Latina; Democracia; Europa.

Creio que existe um grande consenso no meio intelectual a respeito da questão envolvendo a desigualdade e a diversidade. Esse consenso é bastante claro no sentido de indicar a necessidade de produzirmos no mundo prático uma transição da desigualdade para a diversidade. Nesse sentido, se trata de um acordo intelectual sobre a necessidade de plena democratização das sociedades latino-americanas, de tal maneira que elas possam se tornar efetivamente inclusivas. De fato, poucos intelectuais latino-americanos estariam, hoje, dispostos a se alinhar a um discurso de viés antidemocrático e a favor da desigualdade social. Daí a dimensão praticamente

¹ Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, Bahia, Brasil. Email: roniefilosofia@gmail.com

unânime desse consenso acerca da necessidade da efetivação da democracia e, portanto, da substituição da desigualdade pela diversidade.

A vertente teórica predominante da maioria das posturas intelectuais, baseada nesse consenso, envereda por um caminho bastante previsível. Afinal, o ponto de vista geral adotado diz respeito à ampliação da democracia e sua efetivação plena. Isso implica em estabelecer as bases para um reconhecimento de nossas diferenças culturais, a despeito de quaisquer energias unificadoras - como aquelas que alguns identificam na globalização, por exemplo.

Com efeito, esse movimento de inclusão não pode ser realizado por meio do domínio unilateral de um conjunto de valores em particular, mas deve ser capaz de respeitar as diferenças que se supõem existirem. Para nós, que somos professores, isso implica na necessidade de constituir instituições de ensino que se mostrem efetivamente capazes de fornecer uma educação que leve em consideração a cultura original de nossos estudantes, sejam eles quem forem. Ou seja, tentamos evitar práticas educativas *uniformizantes*. Assim, a direção que julgamos apropriado adotar em nossos esforços é a de fomentar uma educação respeitosa com relação ao modo de vida estabelecido em nossas respectivas comunidades. Em outras palavras, se trata de consolidar um processo educativo inclusivo ou plenamente democrático que não se restrinja aos limites de um cânone particular que só pode exercer uma força centrípeta unificadora.

O ponto central a que conduz aquele consenso intelectual a respeito da educação afirma, então, a necessidade de incluir diferentes segmentos sociais, sem resvalar para a homogeneização das diferenças culturais. Por isso, a inclusão das diferenças ou a transformação da desigualdade em diversidade exige um processo de *comunicação* em que seja possível o reconhecimento mútuo das diferenças. Isso envolve justamente dar um passo adiante com relação à desigualdade na medida em que essa consiste na afirmação bruta da diferença e, nesse sentido, tende a comprometer os processos de comunicação equilibrados.

O contato respeitoso entre elementos diversos só pode ocorrer tendo como referência alguns valores comuns que funcionem como base para a proposição do diálogo. Assim, alguns elementos éticos *interculturais* fazem parte muito naturalmente

daquela nossa agenda democratizante compartilhada no meio intelectual. Somente esses elementos podem funcionar como uma via para o debate e como plataforma geral de acolhimento e reconhecimento das diferenças.

O objetivo de uma ética intercultural seria estabelecer as bases para uma espécie de justiça epistêmica e cultural. Dessa maneira, diferentes modos de vida poderiam articular-se no interior de nossas sociedades sem que isso implicasse em predomínio unilateral de valores hegemônicos. Como toda forma de justiça, essa também deve se tornar efetiva pelo respeito coletivo a algumas normas básicas. É esse conjunto de valores, acima de qualquer suspeita, que fornece aquela base sólida em que a desigualdade pode converter-se em diversidade. Também é sua efetividade que garante à diversidade a equidistância típica dos regramentos democráticos.

Esses exemplos ilustram a clara ênfase democrática no modo como em geral temos entendido o problema da desigualdade e da diversidade. O consenso intelectual a que me refiro aqui diz respeito a afirmar a necessidade de articular uma base para a promoção da justiça e do diálogo. Gostaria de me deter um pouco no significado desse consenso intelectual acerca da necessidade da efetivação da democracia entre nós.

Ele se apresenta como um projeto para transformar a realidade social da América Latina: de sociedades desiguais para sociedades marcadas pela diversidade. Como disse antes, isso parece muito razoável e creio ser esse aspecto a fonte do largo consenso que existe sobre a necessidade dessa transição. Entretanto, há um elemento na situação latino-americana que me parece merecer especial atenção: *a resistência da desigualdade*.

Não me refiro somente ao claro retrocesso democrático atual que presenciamos na América Latina, especialmente em meu país, o Brasil, que nas últimas eleições presidenciais optou livremente por um candidato avesso à liberdade. Se alongarmos a perspectiva temporal veremos que a resistência de nossas sociedades tradicionais desiguais é um fenômeno que já dura ao menos 200 anos, desde os processos de independência do início do Século XIX. Claro que essa resistência é diversificada e possui suas próprias peculiaridades temporais e geográficas.

Porém, não necessitamos aqui diferenciar essas formas de permanência da desigualdade na América Latina nem nos determos em seus avanços e recuos frequentes. O fato relevante é que nossas sociedades ainda podem ser caracterizadas como desiguais apesar dos esforços empreendidos desde o momento em que tomamos as rédeas de nossas respectivas nações das mãos das metrópoles europeias.

Dessa forma, o quadro geral assume a seguinte feição: do ponto de vista intelectual predominante temos um amplo consenso sobre a necessidade de transformar desigualdade em diversidade. Por outro lado, do ponto de vista prático observamos uma longa resistência da desigualdade. Esse quadro sugere muitos elementos que poderiam ser dignos de nota. Me deterei em alguns deles na sequência.

Há uma contradição aberta contida nessa visão panorâmica acerca do desejo pela democratização da América Latina. De um lado, o consenso intelectual sobre sua necessidade. De outro, o fracasso prático das iniciativas intentadas até o presente. As intenções intelectuais não parecem capazes de alterar a situação política. Inclusive, em períodos de regressão democrática como o atual é comum que o discurso intelectual suba de tom, como se buscasse compensar aquilo que parece ser uma impotência ou um fracasso. De fato, a tendência à radicalização e a formas de resistência se tornam mais perceptíveis à medida que o projeto democrático do consenso intelectual naufraga no ambiente político.

Gostaria de sugerir que esse fracasso pode ser a expressão de uma falta de atenção à desigualdade. Pode ser que em função de nos concentrarmos demasiadamente no objetivo final do processo de democratização estejamos deixando de lado fatores que são decisivos para a sua realização. Me refiro às *condições de possibilidade* para a transição entre desigualdade e diversidade existentes nas sociedades da América Latina.

De um lado, possuímos um projeto de transformação social que parece dotado de todos os méritos teóricos: a democracia parece ser um caminho promissor. Assim, o ponto nevrálgico que parece estrangular o processo de transição é saber se as condições existentes permitem ou não a implantação desse projeto. Em outras

palavras, gostaria de propor que atentássemos para as características das sociedades desiguais e menos para a finalidade democrática que desejamos. Pode ser que os fracassos dos projetos de democratização latino-americanos estejam ligados a mecanismos de resistência da desigualdade que não estamos levando em consideração da maneira devida. Em função dessa suspeita me parece necessário tentar uma *compreensão da desigualdade nos seus próprios termos*.

Embora isso pareça bastante simples, na prática não o é. Para começar, compreender a desigualdade em seus próprios termos envolve deixar de representá-la como um estágio transitório no processo de implantação de uma democracia consolidada. Isto é, ela deveria deixar de ser pensada como aquele elemento que necessariamente deixará de existir quando a finalidade que julgamos mais elevada se implantar em nossas sociedades. Isto significa contrariar os nossos hábitos mentais que constituem a base daquele consenso.

O simples fato de designarmos o estado de coisas atual de nossas sociedades como uma situação de *desigualdade* é muito eloquente. Através dele, indicamos um estado deficitário – daí o *des* com que se inicia o termo. Quando o pensamos da maneira habitual, indicamos somente a *falta* de igualdade ou a *ausência* do objetivo que visamos nos processos de democratização da América Latina. Com isso, nada dissemos acerca do que a desigualdade é fora do esquema finalista de pensamento que operamos no interior dos projetos de democratização que compartilhamos. Só conseguimos entendê-la como a ausência daquilo que desejamos que nossas sociedades fossem. Com essa maneira de dizer apenas afirmamos que a América Latina não é como gostaríamos que ela fosse.

Há aqui uma dificuldade considerável no modo como pensamos a desigualdade. Como a compreendemos como algo que expressa uma falta, ela desempenha uma função de apoio em nossos raciocínios finalistas. Afinal, só a entendemos como aquele estágio que deve ser superado para a consolidação da diversidade. Nesse sentido, fechamos o círculo lógico com base em nosso desejo por democracia na medida em que avaliamos que (ainda) não somos a plenitude do que o ideal afirma.

Para pensar a desigualdade em seus próprios termos, temos que abrir mão dessa estrutura teleológica em que ela se coloca como subordinada à diversidade, como um passo intermediário. Assim, se apresenta nesse ponto a necessidade de romper com o esquema finalista de análise da desigualdade. Esse esquema é justamente o que sustenta aquele consenso intelectual acerca da transição das sociedades latino-americanas para a democracia plena.

Atenção, por favor! Isso não significa ser contrário a democracia. Isso significa colocar-se em condições de pensar a desigualdade nos seus próprios termos sem deixar-se conduzir pelo esquema teleológico que é uma espécie de senso comum intelectual sobre a democratização da América Latina. De certa forma, trata-se de dar um passo atrás (na direção de nossos próprios pressupostos) para poder avançar – talvez de maneira mais eficaz. Esse passo atrás pode propiciar uma melhor compreensão do processo que está efetivamente envolvido nas regressões democráticas da América Latina e nos colocar em condições de superar a típica frustração intelectual que acompanha esses momentos.

Um indício claro de que subordinamos a desigualdade à diversidade é nossa incapacidade de analisá-la em seus próprios termos. Se tivéssemos que descrever a desigualdade o que poderíamos dizer dela? Que ela é indesejável, certamente. Mas ela é indesejável somente em função da comparação que estabelecemos com o critério da diversidade – que supomos superior. Ou seja, ela se mostra indesejável para nós, em função de uma avaliação que realizamos implicitamente tendo em conta a superioridade do regramento social democrático. Aqui há um círculo evidente que não pode ser aceitável como fundamento de uma boa compreensão do fenômeno persistente da desigualdade.

Nessa equação circular e finalista, a desigualdade está totalmente ausente nos seus próprios termos. Ela só é pensada como uma situação social que deve ser eliminada dentro do nosso esquema de pensamento predominante. Porém, nesse caso, ela não é sequer reconhecida como uma situação efetiva em seus próprios termos. Portanto, o que se afirma por meio dessa equação é nossa incapacidade para compreender a desigualdade. Essa impotência foi produzida pela força exercida pelos valores democráticos que desempenham a função de *fim*. O excesso de energia

exercida pela finalidade desequilibrou a equação tornando-nos incapazes de compreender a desigualdade.

Tudo indica que nossa compreensão da desigualdade é mínima, justamente porque adotamos uma forma de pensar que a caracteriza como um estágio preliminar, um meio termo que precisa desaparecer para que a diversidade se torne o modo de vida predominante em nossas sociedades. O problema com essa maneira de pensar não é somente lógico em função da evidente circularidade. O problema também é relativo à impotência prática a que ela conduz. Afinal, a partir do consenso intelectual que compartilhamos, o que deveria ser um estágio preliminar e temporário em direção a uma vida democrática tem resistido às nossas iniciativas de eliminá-lo. Ou seja, o mundo prático tem contrariado sistematicamente a orientação que nós, os intelectuais, temos fornecido a ele. Portanto, trata-se de uma circularidade lógico agregada a uma impotência prática. Não é descabido pensar que esses dois elementos se retroalimentam no sentido de que quanto maior a impotência prática, mais alto se torna o tom dos discursos indignados e sua veemência. A indignação é diretamente proporcional à impotência prática.

Não creio que a democracia não esteja se consolidando na América Latina apenas em função de uma má vontade generalizada com a liderança social dos intelectuais. Claro que poderíamos questionar também essa função social de liderança dos intelectuais na América Latina. Porém, não creio que o fracasso da democratização de nossas sociedades seja apenas para recordar aos intelectuais que eles não as dirigem, como se a história quisesse nos dar uma lição moral revelando nossa arrogância. Acredito que o problema central seja efetivamente o fato de que não entendemos nossas sociedades. Quer dizer, não as entendemos em seus próprios termos desiguais.

Nesse sentido, me arrisco a dizer que o problema reside justamente em nossa maneira teleológica de pensar. Maneira de pensar que tem sido sistematicamente negada pela resistência da desigualdade em ceder terreno à diversidade. Por isso, sugeri antes que estamos focando nossa atenção na finalidade do processo e nos esquecendo das suas condições de possibilidade, das limitações práticas implicadas em todos os processos de transformação social.

Para tornar o equívoco dessa maneira de pensar mais clara, gostaria de avançar no sentido de tentar pensar a desigualdade em seus próprios termos. Isto é, gostaria de ensaiar aqui uma tentativa de compreensão da desigualdade sem atrelá-la à diversidade como seu termo médio, fora portanto daquele esquema que tem caracterizado o consenso intelectual acerca da democratização latino-americana. Nesse sentido, proponho-me a entender e usar as noções de desigualdade e diversidade como descrevendo duas formas de articulação das diferenças sociais que existem entre os indivíduos de uma sociedade.

A diversidade seria uma forma em que as diferenças encontram-se subordinadas a normas de convívio universais. Se trata, assim, de uma forma de articulação das diferenças que maneja para que todos possam expressar suas particularidades dentro de um marco reconhecido de convivência. Nesse caso, a única limitação para cada um dos indivíduos é que a expressão de suas diferenças não inviabilize a expressão das diferenças dos demais. O indivíduo pode expressar-se livremente desde que isso não limite ou prejudique a expressão livre dos demais.

Essa é uma forma de articulação das diferenças sob o controle de um regime de valores democrático. Nessa relação, as diferenças encontram-se subordinadas a tais valores que existem sob uma forma universal. De fato, a democracia exige a afirmação de uma equidistância relativa entre os indivíduos e alguns valores superiores. Dessa forma, a universalidade desses valores tem de ser objeto do respeito de todos para que uma integração se torne efetiva, sem que isso implique em uniformidade. É justamente a superioridade de tais valores que garante uma integração sem uniformidade.

Por seu lado, a desigualdade é uma *outra forma de articulação das diferenças individuais*. Uma forma em que não há subordinação a normas universais. Assim, as diferenças se expressam nesse contexto social sem os recursos de contenção próprios na diversidade. Isto é, elas se expressam sem aquelas limitações dos mecanismos coercitivos da democracia fundados na superioridade inata de algumas normas ou valores.

Interessa pouco, desse ponto de vista, se há um prejuízo para outras pessoas no momento em que um indivíduo expressa suas diferenças. Interessa que ele as

possa expressar sem considerações de consequências para os demais. A natureza de uma relação desigual é justamente sua não referência à instância universal como mediadora. Assim, a expressão individual pode implicar em prejuízo para outros na medida em que se exerce diretamente como a afirmação do *interesse*. Não se apresenta aqui a intermediação do elemento universal que caracteriza a diversidade. Assim, as expressões das diferenças ocorrem em uma mesma dimensão e só podem se expandir lateralmente, umas sobre as outras. Isto significa que a desigualdade consiste na afirmação da validade do interesse sobre outros interesses.

Na prática, esse conjunto de operações laterais constitui um verdadeiro sistema de produção de desigualdades, na medida em que não há regramento efetivo que se mostre capaz de subordinar universalmente todos os membros de uma sociedade. Quando algumas regras se apresentam como limites da desigualdade, elas são imediatamente instrumentalizadas para potencializar a expressão das diferenças de um interesse sobre os demais. Ou seja, o sistema da desigualdade impede que regras adquiram validade universal e subordinem a totalidade da vida social na medida em que a dimensão do movimento implicado nele é sempre horizontal. Assim, dentro desse sistema de convivência horizontal de diferenças as regras se convertem em meios para a expressão das particularidades, já que elas não podem por si mesmas fundar relações verticais de respeito coletivo.

Um dos elementos que chama a atenção nessa caracterização da desigualdade é o fato de que ela não se adequa ao nosso modo tradicional de pensar – aquele em que se baseia nosso consenso democrático. Isto é, a desigualdade possui sua própria lógica interna que é incompatível com a lógica democrática. Sua resistência à diversidade não expressa uma irracionalidade e sim uma racionalidade própria e distinta. Com efeito, a resistência exercida pela desigualdade em se converter em diversidade torna-se plenamente justificada nos seus próprios termos.

Afinal, a desigualdade garante a cada indivíduo uma maior capacidade de expressão livre de quaisquer restrições, ainda que essa expressividade seja meramente potencial. Com isso quero dizer que essa articulação social entre os indivíduos permite que os detentores do poder mantenham apenas para si a posse de recursos sociais importantes – como riqueza e status, por exemplo – para sua expressão individual. Porém, isso também significa que mesmo os despossuídos

desses recursos podem almejar possuí-los. Não me refiro à questão prática de acender a tais recursos que garantem uma posição social vantajosa. Me refiro à *possibilidade*, contida na articulação desigual das diferenças, de que um indivíduo se diferencie dos demais.

No sistema social da diversidade essa possibilidade foi simplesmente sepultada na medida em que todos devem se subordinar ao mesmo conjunto de valores. Isto é, a promoção de um indivíduo a uma condição social privilegiada tornou-se impossível. Assim, ele só pode diferenciar-se dos demais dentro de limites muito estreitos garantidos pela validade universal das regras. No caso da desigualdade, a amplitude de diferenciação entre os indivíduos é muito maior, já que não há o constrangimento dos regramentos universais.

Isso permite explicar, por exemplo, porque os despossuídos parecem se pronunciar em certames eleitorais contra seus próprios interesses – como ocorreu recentemente nas eleições presidenciais no Brasil. Na verdade, eles não o fizeram. Não se trata de que as pessoas sejam irracionais ou não compreendem o sistema político. Se trata, isso sim, de que se opera com uma outra racionalidade em que o valor da desigualdade é colocado em primeiro lugar já que ele propicia a possibilidade de uma diferenciação maior entre os indivíduos. O problema não é de carência de condições de avaliar e sim da vigência de outro sistema de avaliações.

Do ponto de vista do sistema geral da desigualdade votar livremente em candidatos autoritários é um artifício que mantém em aberto a possibilidade de uma expressão individual não subordinada a regras universais. Ou seja, a eleição de um candidato autoritário expressa a opção por uma individualidade livre de constrangimentos sociais ou por uma individualidade que não pretende subordinar-se a regras universais de convivência.

Dessa perspectiva, se trata fundamentalmente de postular e agir de acordo com uma noção distinta de liberdade individual com relação àquela que predomina em ambientes democráticos ou em consensos intelectuais ligados ao valor supremo da diversidade. O bem-estar coletivo proporcionado pela vigência da diversidade deixa perceber aqui seu preço: ele se alimenta da recusa individual a tomar posse e a usufruir de riqueza ou de status social sem meias medidas. Ele se alimenta de uma

recusa que os indivíduos que agem tendo em vista a lógica da desigualdade não estão dispostos a fazer.

Então, uma rápida e simples incursão pela desigualdade nos seus próprios termos nos alerta para a existência de uma *lógica interna própria*, de um modo de operar plenamente racional, embora diferente dos parâmetros democráticos. O fato de não estarmos capacitados para perceber isso na grande maioria das vezes indica que não estamos habilitados conceitualmente para lidar com a desigualdade. Daí não ser uma surpresa que nossos projetos de democratização tenham falhado até o momento, na mesma proporção em que nos empenhamos em declarar nossas mais puras intenções humanistas com relação à América Latina. Isto é, nossos projetos não prosperam porque não possuem pertinência, porque não compreendemos o mundo que tentamos mudar, porque nos aprofundamos demasiadamente no reino da utopia sem atentar para a lógica com que opera as condições de possibilidade do ambiente político latino-americano.

Isso robustece a percepção de que há algo profundamente equivocado com relação ao nosso consenso sobre o finalismo do processo de democratização da América Latina. Esse equívoco está ligado à suposição de que há uma finalidade histórica que conduz a que a diversidade venha a substituir a desigualdade. Essa perspectiva tem redundado em descaso analítico com essa última.

Qual poderia ser a fonte dessa falta de atenção com nossas condições de possibilidade? Talvez isso advenha do fato de acreditarmos que os processos sociais da América Latina são a reprodução tardia dos processos sociais europeus. Em outros termos, me parece que somos levados a ter tais expectativas finalistas na medida em que acreditamos que se a democratização se operou na Europa, então ela deverá se tornar efetiva também na América Latina.

Claro que a base disso é a pressuposição de que a América Latina é uma espécie de Europa tardia, uma que se realizará um pouco mais tarde. Isso não revela somente uma transposição simplista de expectativas de um contexto social e político para outro. Isso revela o quanto – inclusive em função das utopias que os intelectuais latino-americanos têm construído – ainda somos todos uns europeus expatriados na América.